



## **Internação compulsória de usuários de crack e a mídia: por que falar? Um estudo sobre a cobertura informativa do Jornal Nacional, da Rede Globo<sup>1</sup>**

Fernanda Vasques FERREIRA<sup>2</sup>  
Universidade Católica de Brasília (UCB), Taguatinga, DF

### **Resumo**

A lei 10.216/2001 dispõe sobre três modalidades de internação psiquiátricas, incluindo a internação compulsória. Após 12 anos, São Paulo inicia o programa de internação compulsória de usuários de crack. Desde então, a temática da internação compulsória está presente no discurso dos meios de comunicação de massa e compõe a pauta de diferentes veículos. O presente artigo pretende problematizar a cobertura do Jornal Nacional, da rede Globo, no que diz respeito à temática, propondo a ampliação do debate sobre o agendamento midiático e o processo de produção de notícias, com vistas a refletir o papel da mídia no cenário de construção social da realidade e o papel que o telejornal desempenha no agendamento e pauta de políticas públicas referentes à saúde, violência e segurança pública. Os aspectos metodológicos envolvem pesquisa bibliográfica e exploratória.

**Palavras-chave:** agenda-setting; internação compulsória; Jornal Nacional; newsmaking; políticas públicas.

### **1. O imperativo do crack no telejornal: por uma introdução**

A temática da violência e da segurança pública são assuntos cada vez mais presentes nos noticiários televisivos, uma vez que, enquanto instância mediadora e responsável por oferecer recortes da realidade social, os noticiários televisivos passam a ser responsáveis por informar e por criar um quadro de referencialidades para a sociedade.

Recentemente, uma das discussões mais presentes na mídia brasileira esteve ligada à internação compulsória de usuários de crack. A questão voltou ao espaço público midiático por conta da decisão do governo de São Paulo, em janeiro de 2013, de fazer parceria com a Justiça no sentido de acelerar as internações contra a vontade em casos de dependência química. Além disso, notícias publicadas em diferentes periódicos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Doutoranda do curso de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), email: fernanda.jornalista82@gmail.com



revelam e divulgam levantamentos feitos pela Universidade de São Paulo que apontam o Brasil como o maior mercado de crack do mundo e o segundo de cocaína. O Brasil tem, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 2,6 milhões de usuários de crack.

Considerando os exemplos e a discussão preliminar apresentada, as matérias jornalísticas em relação à temática da saúde, da violência e da segurança pública, via de regra, são superficiais, produzindo um discurso que tangencia a essência das discussões, principalmente porque envolvem atores políticos e instituições que, quase sempre, são colocadas em oposição pela mídia: os que eram a favor e os que eram contra a internação compulsória; a internação compulsória como solução para o vilão (crack); o foco nos traficantes e não nos usuários; as políticas públicas e os debates retratados de modo superficial.

Os artigos publicados no *Observatório da Imprensa* apontam que os recortes da produção jornalística compuseram um quadro de discussões intermináveis, com argumentos frágeis e análises rasteiras por parte daqueles que se constituíam como fontes de informação jornalísticas e, que portanto, obtinham um lugar de fala nos noticiários. Em texto publicado no site do *Observatório da Imprensa*, locus de debate sobre a mídia, um professor de psiquiatria da Universidade Federal do Ceará critica a cobertura informativa do *Jornal Nacional* e analisa as duas reportagens mencionadas anteriormente sob a perspectiva da ciência, de dados, estatísticas e dos conhecimentos na área das ciências médicas.

O que lemos, assistimos ou escutamos são, quase invariavelmente, visitas dramáticas às “cracolândias” reais ou imaginárias e incursões a um único tipo de tratamento – internações compulsórias nas ditas comunidades terapêuticas – cuja efetividade é questionável. Monocordicamente, a imprensa reforça o que todo mundo já pensa sobre o assunto e, colateralmente, além de não contribuir socialmente no debate, capitaliza política e financeiramente pessoas e modelos que estão atrelados a, no mínimo, violações aos direitos humanos, segundo demonstrou um recente relatório do Conselho Federal de Psicologia (TÓFOLI: 2012)

Se, por um lado, a temática da saúde, da violência e da segurança pública é tão relevante para a sociedade, porque a insere no quadro dos acontecimentos cotidianos, porque gera identificação por parte daqueles que convivem, por exemplo, próximo do problema; por outro, a cobertura midiática pode interferir significativamente no modo



como a sociedade e os indivíduos receptores das mensagens se informam e são convidados a participar do debate sobre o tema que os envolve tão diretamente. A cobertura também, segundo Tófoli (2012), é capaz de simplificar a discussão e torná-la diluída, evitando abordagens mais complexas, porém, não menos relevantes para serem discutidas no âmbito da esfera pública midiática.

Ao buscar as respostas para a problemática apresentada, a pesquisa<sup>3</sup> pretende sinalizar um encaminhamento sobre em que medida o agendamento midiático interfere na formulação das políticas públicas por parte dos gestores públicos da área, já que estes também são agendados pela mídia.

A proposta desse artigo é ampliar o debate sobre a temática e a relação com a cobertura midiática e propor a continuidade do debate em estudos futuros que possam investigar a fundo o agendamento da mídia sobre o tema a partir da teoria do agenda-setting e ao analisar os critérios que pautam e conduzem o trabalho dos jornalistas no processo de produção e construção da realidade social no que respeita à violência e segurança pública, especificamente, no caso da internação compulsória, promover uma reflexão sobre as principais teorias contemporâneas do jornalismo que envolvem a produção e a recepção das mensagens. Do ponto de vista acadêmico, a intersecção entre as formulações teóricas e o objeto empírico da comunicação, considerando as práticas jornalísticas, o *modus operandi* do jornalismo, a produção e a emissão do conteúdo informativo, bem como as relações de poder, por vezes, implícitas, existentes entre atores políticos, fontes de informação, jornalistas e veículos podem ser uma importante contribuição no sentido de revisar o corpus teórico da área, oferecendo reflexões teóricas articuladas com um objeto de estudo atual e com apelo social.

De outro modo, a investigação se justifica pela inquietação da pesquisadora, uma vez que, enquanto cidadã e agente social, não se sentiu convidada a participar das discussões e dos debates inicialmente propostos pela mídia sobre a temática da internação compulsória. Ao se sentir absolutamente próxima da realidade já que as formas de violência fazem parte de uma realidade – que por mais que não se queira – bate nas portas de cada cidadão brasileiro e, ao mesmo tempo, considerando a atualidade e importância do tema, a pesquisadora percebeu que a mídia, ao agendar de determinada maneira, pode excluir os cidadãos comuns – parte mais interessada - do debate ou torna o assunto demasiado superficial e menos importante para constituir a

---

<sup>3</sup> O artigo apresentado à Intercom Centro-Oeste é apenas parte da pesquisa de doutorado da autora.



agenda do público, reforçando a ausência da participação da sociedade de uma discussão, na qual a presença dos cidadãos é fundamental.

Assim, a pesquisa se justifica por considerar que a televisão é, ainda, o meio de comunicação com maior inserção nos lares brasileiros e com maior capacidade de falar diretamente com os públicos de diferentes faixas etárias, classes sociais, níveis de conhecimento e cognição e poder aquisitivos diferentes. Apesar de, segundo a hipótese do agenda-setting revelar que a televisão tem um poder de agenda diferenciado em relação à imprensa, pelas suas condições de produção e operativas, pelas notícias serem demasiado ligeiras e superficiais, é a televisão quem cria boa parte da referência de mundo que têm os indivíduos na sociedade.

Sobre este aspecto, Michaud (1989) ao discutir mídia e violência, salienta que a mídia precisa de acontecimentos e vive do sensacional. “A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências consideradas comuns, banais e instaladas” (MICHAUD: 1989, 49).

E, por ser o meio que se vale de texto e imagem, a televisão é capaz de consolidar imagens e construir uma referência de ambiente para os indivíduos receptores. Nessa perspectiva, a autora deste artigo pretende estender as discussões iniciadas em sua dissertação de mestrado e amplia a discussão sobre a lógica operativa da televisão, o processo de produção e emissão das notícias e a problemática do agendamento de assuntos que revelam um empolamento público. “[...] as imagens são enganosas: ainda que cada uma seja autêntica, podemos selecioná-las, montá-las, legendá-las e reenquadrá-las, podemos sobretudo mostra-las ou não mostra-las de jeito nenhum. As imagens da violência não escapam dessas distorções” (MICHAUD: 1989, 49). O autor assinala ainda que, é esse potencial que a televisão, em especial, tem de trazer os acontecimentos ao vivo, por exemplo, que pode revelar possibilidades de desinformação por retenção da informação ou por excesso de informação.

Sobre este aspecto, é fundamental destacar que, para a teoria do *newsmaking*, um dos mecanismos de distorção involuntária é a rotina produtiva. Ao considerar, as limitações de espaço e tempo e ao levar em conta os valores-notícia, esta teoria reconhece a possibilidade de deformação do conteúdo informativo jornalístico.

Percebe-se ainda, por meio de pesquisas e levantamentos bibliográficos, que há uma quantidade tímida de estudos científicos publicados na área de comunicação que envolvam as teorias do jornalismo e a questão da interação compulsória de usuários de



crack. Os estudos encontrados, basicamente, estão alocados na área das ciências médicas e fazem menção à mídia, ou então, são estudos que têm um olhar comunicacional a partir da ótica dos estudos culturais, colocando quase sempre, o crack em primeiro plano. Assim sendo, o recorte que é dado neste artigo e que é fruto do projeto de doutorado da autora, de fato, pode se tornar uma contribuição significativa para a área da comunicação, tendo em vista a escassez de publicações científicas.

Além disso, o debate suscitado poderá sugerir melhores encaminhamentos para as questões relativas ao tema, incluindo a participação de outros atores que não são conduzidos ou convidados ao debate, mantendo-se ausentes ou anônimos no que tange à discussão e participação social do tema que é de extrema relevância, alterando ou repensando as práticas jornalísticas. A expectativa é que as discussões conduzam à indicação de um importante diagnóstico para a formulação de políticas públicas por parte dos gestores públicos já que estes também são agendados pela mídia.

Dada a relevância temática, as contribuições podem se inserir em uma abordagem acadêmica que oriente discussões científicas sobre a cobertura da mídia – e a qualidade dela, sobre a formulação de políticas públicas a partir do agendamento midiático e da sociedade, do ponto de vista do conhecimento que se pretende aportar e da contribuição social que o resultado do trabalho pretende gerar.

A pesquisa que motiva a apresentação desse trabalho à Intercom Centro-Oeste é resultado de um projeto de doutorado apresentado à Faculdade de Comunicação na Universidade de Brasília e que pretende, em outro momento ampliar o debate sobre a compreensão de como se dá o agendamento da mídia em relação aos temas de saúde, violência e segurança pública no que respeita às produções noticiosas acerca da internação compulsória de usuários de crack no *Jornal Nacional*, do levantamento dos critérios que pautam e conduzem os trabalhos dos jornalistas no processo de construção da realidade social quando assunto é saúde, violência e segurança pública relativas às notícias sobre a internação compulsória de usuários de crack no *Jornal Nacional*, além da problematização da qualidade da cobertura informativa nas áreas temáticas abordadas.

## **2. Por que falar de mídia e internação compulsória?**

Por que discutir a cobertura midiática, em especial do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, o telejornal de maior audiência da televisão aberta brasileira? A pergunta que



orienta esse trabalho emerge da recente cobertura da mídia que trouxe a questão da internação compulsória para usuários de crack para a esfera pública midiática contemporânea.

Segundo Bruck (2013), as pesquisas mostram que há um fenômeno na imprensa brasileira de dados, informações e histórias sobre o crack não exatamente comprovadas e que acabam sendo afirmados e reafirmados por jornalistas por meio de entrevistas realizadas com usuários, familiares, agentes de saúde e segurança pública que prestam atendimento aos viciados que, muitas vezes, distorcem as informações sobre a droga e seus efeitos. Segundo pesquisa que analisa a cobertura informativa do jornal *Estado de Minas*, frases como “se queimar uma pedra uma vez já está viciado”, “o crack mata em poucos dias”, “a pessoa que fuma crack tem vontade de matar”, “o usuário de crack é irrecuperável” circulam no discurso do jornal e acabam por constituir crenças e imaginários.

Nessa perspectiva, as produções jornalísticas, entre elas matérias e reportagens, trazem dados e indicadores alarmantes que criam um cenário de um país completamente “contaminado” pelo crack, nas quais, a droga se apresenta como vilã na vida de indivíduos que antes faziam parte de uma família estruturada e que, com o vício, passaram a fazer parte de estatísticas e estão às margens da sociedade.

Sapori e Medeiros (2010) salientam que os meios de comunicação acabam por alimentar e ampliar alguns dos mitos e exageros, construídos no senso comum, nos últimos anos, sobre a venda e uso do crack. São comuns as manchetes de jornal que apresentam o crack como personagem dotado de vida própria, mobilidade e poder destruidor. Assim interpretado, o crack agiria sobre a pessoa e ela, tomada por uma capacidade mágica e satânica, atuaria sobre a sociedade de forma devastadora.

Matérias veiculadas no *Jornal Nacional* mostram que o crack não é mais um problema das grandes cidades, mas que ele assola municípios carentes e cidades pequenas do interior do país. O telejornal veiculou a seguinte notícia no dia 24 de fevereiro de 2012: “Consumo de crack já tem registros em 90% das cidades brasileiras” que exemplifica com casos de jovens que se envolveram com o crack em cidades carentes de Minas Gerais, demonstrando o drama de pais que perderam seus filhos para o tráfico, de representantes do Estado que denunciam a ausência de políticas públicas, relatando que “O problema chegou ao interior. O tratamento desse problema ainda não veio”. A matéria também destacou que junto do vício, a criminalidade também aumenta quando, para suprir e pagar as contas com o tráfico, dependentes químicos roubam,



assaltam e praticam outros crimes para conseguir dinheiro. Na fala de uma fonte considerada especialista, um sociólogo, vem a solução do problema, quase uma sentença para o usuário, para a sociedade e para o Estado: “Não há como tratar o usuário do crack em algumas instâncias, se não houver uma internação para desintoxicação. E essa internação, muitas vezes tem que ser forçada. Se não fizermos isso, o problema vai continuar se avolumando no Brasil. Há indícios de que ele já está presente em mais de 90% dos municípios brasileiros, é um fenômeno de norte a sul, de leste a oeste. Não há mais dúvidas: vivemos uma grave epidemia de uso de crack no Brasil”.

O estudo de Sousa (2008) apontou como hipótese principal o fato de que a imagem do usuário de drogas, estigmatizada e carregada de preconceitos é projetada e reforçada pela mídia. Ao final do trabalho, a autora constatou que os usuários têm espaços nos jornais no enquadramento dos modelos prontos, desprovidos de polifonia, com as fontes oficiais com voz garantida e confundida com a voz do próprio jornal, que tem um discurso muito semelhante ao discurso do poder e com crédito de versão fiel do real.

Outra matéria também do *Jornal Nacional* mostra que o “Crack é responsável por duas internações compulsórias a cada dia” e que a única alternativa que existe para o problema é a internação compulsória. Ao explicar como se dá o processo de internação contra a vontade, a matéria alerta, por meio de uma de suas fontes, um promotor, que existe também o problema das clínicas clandestinas, mas o assunto é tratado muito rapidamente pela matéria, revelando um outro problema. De um lado o tráfico, atividade ilegal. De outro, uma lei que permite a internação compulsória desde 2001, e de outro, as clínicas fajutas. Na matéria, o problema se apresenta como sendo de saúde pública.

Bruck (2013), em sua análise acerca do jornal *Estado de Minas*, afirma que a imprensa acaba por constituir e alimentar imaginários em relação ao crack ou concorre para uma simplificação que, segundo o autor, pode levar muitas vezes, à opacização dos complexos aspectos envolvidos na questão.

Nesse aspecto, tem-se também uma discussão que é a da qualidade da cobertura relativa a temas específicos como saúde e qualidade de vida. De acordo com Bueno (1996), a cobertura da mídia em relação à saúde é fragmentada, com foco na doença, espetacularizada, responsável por legitimar o discurso da competência, no qual, o profissional, especialista na área de saúde é o único capaz de dialogar sobre o tema,





traduzindo-se assim em um discurso nada democrático e verticalizado. No caso específico das duas matérias, em nenhum momento há a ocorrência de uma fonte ligada à área de saúde. Quem tem o lugar de fala, por exemplo, e que sentencia sobre a dependência química e a importância da internação compulsória é um sociólogo.

Esse aspecto da superficialidade, da fragmentação do discurso e da adoção do discurso da internação compulsória, reforçando preconceitos é reiterado no artigo da professora Sylvia DebossanMoretzsohn, da Universidade Federal Fluminense, no site do *Observatório da Imprensa*.

A demonização das drogas, e desta droga em particular – que é mais simples porque seus viciados estão mais expostos, visíveis e identificáveis pela sua degradação física –, facilita a articulação do discurso clássico da repressão violenta a um discurso supostamente científico que legitima essa violência ao dizer que não há saída senão a internação compulsória. (MORETZSOHN:2012)

Já a BBC publicou informação relativa à internação compulsória que repercutiu em outros periódicos em que especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas afirmam que a “a internação compulsória de dependentes de crack não é a maneira mais eficiente de se lidar com o problema do vício”. A matéria aponta também que a OMS teria criticado a internação compulsória de dependentes químicos em países asiáticos. Na visão das organizações, o tratamento voluntário deve ser encorajado e outras medidas de apoio devem ser fortalecidas pelo Estado, antes de se institucionalizar a internação compulsória.

Assim, a questão do agendamento midiático proposta nesse trabalho, em um telejornal assistido por milhares de brasileiros é, portanto, se faz fundamental já que segundo especialistas da área de saúde, o aumento do uso de crack nos últimos anos é diretamente proporcional à divulgação que a imprensa faz dele. Em matéria publicada no site da Fiocruz, o pesquisador e psicólogo Francisco de Abreu Franco Netto afirmou que:

(...) a midiaticização do aumento do número de usuários de crack, associado aos frequentes padrões abusivos de consumo entre os usuários, tem gerado um grande temor social com relação aos seus efeitos prejudiciais. Na representação social, o abuso de crack aparece, frequentemente de forma





equivocada, vinculado à degradação física e moral das pessoas, sendo percebido como uma droga que conduz mais rapidamente à dependência e ocasiona a morte precoce de seus usuários (VARGAS: 2013)

## Conclusão

Não se trata de conclusão sobretudo porque o trabalho que ora se apresenta está inacabado e se apresenta somente como uma discussão preliminar. A intenção é problematizar e discutir para que estudos mais aprofundados e relevantes sobre a temática possam ser consolidados. Todavia, o que pode ser apontado preliminarmente é de que a mídia, em específico o telejornal de maior audiência da televisão aberta brasileira, o Jornal Nacional, traz a temática à tona, mas em uma amostragem aleatória demonstra que o assunto ainda é debatido com bastante superficialidade, opacizando os aspectos complexos que envolvem a temática.

A despeito de uma conclusão, é preciso pensar, então, como os jornalistas se preparam para as pautas relativas a esse tipo de cobertura, de que modo as instituições que envolvem a sociedade civil ou mesmo os centros de pesquisa na área de saúde têm pautado a mídia, numa espécie de contra-agendamento midiático e, por que o debate não é ampliado no sentido da participação popular com vistas à cidadania ativa num espaço público midiático.

## Referências

ALEX EUSTÁQUIO DE LACERDA. Tabaco na mídia: análise de matérias jornalísticas no ano de 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p.725-731, 02 out. 2013. Maio de 2010.

BERGER, P. L. ; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.. **Palácio do Planalto**.

BUENO, W. C. **Comunicação para a saúde**: Uma experiência Brasileira. São Paulo: Plêiade, 1996.



CARLA DE FÁTIMA BORBA DE SOUSA. Intercom (Org.). **Usuário de drogas e criminalidade:** - a versão midiática . Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Disponível em:  
<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0781-1.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

DANIELA FERNANDES. Site da BBC Brasil. **Especialistas da ONU e OMS criticam internação compulsória de viciados em crack.** Texto publicado no site da BBC Brasil em 06/02/2013. Disponível em:  
<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130129\\_crack\\_onu\\_df\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130129_crack_onu_df_ac.shtml)>. Acesso em: 02 out. 2013.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo, Atlas, 2005.

FERREIRA, Fernanda Vasques. As representações dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro: um estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Record. Faculdade de Comunicação. Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

HOHLFELDT, Antonio.; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (orgs.), **Teorias da Comunicação.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

INGRID TAVARES. Portal Uol (Ed.). **Brasil é o maior mercado de crack no mundo, aponta levantamento.** Texto publicado no Portal UOL em 05/09/2012. Disponível em:  
<<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/09/05/brasil-e-o-maior-mercado-de-crack-no-mundo-aponta-levantamento.htm>>. Acesso em: 01 out. 2013.

NACIONAL, Jornal (Ed.). **Consumo de crack já tem registros em 90% das cidades brasileiras.** Reportagem veiculada no Jornal Nacional edição do dia 24/02/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/consumo-de-crack-ja-tem-registros-em-90-das-cidades-brasileiras.html>>. Acesso em: 27 set. 2013.

JORNAL NACIONAL (Ed.). **SP: Crack é responsável por duas internações compulsórias a cada dia.** Reportagem veiculada no Jornal Nacional edição do dia 24/02/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/sp-crack-e-responsavel-por-duas-internacoes-compulsorias-cada-dia.html>>. Acesso em: 27 set. 2013.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Ática, 1986.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **O cultivo científico da ignorância.** Texto publicado no site Observatório da Imprensa em 20/11/2012 na seção Jornal de debates..Disponível em:  
<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed721\\_o\\_cultivo\\_cientifico\\_da\\_ignorancia](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed721_o_cultivo_cientifico_da_ignorancia)>. Acesso em: 20 ago. 2013.



MOZAHIR SALOMÃO BRUCK. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 9, n. 1, p.174-193, 07 jul. 2013. Maio de 2010. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/513/446>>. Acesso em: 29 set. 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAPORI, Luiz Flávio; MEDEIROS, Regina. **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Editora PuC Minas, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

TATIANE VARGAS. Site da Fiocruz (Ed.). **Crack: estudo aponta perfil de consumo no país**. Texto publicado no site da Fiocruz em 05/08/2013. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=565&sid=13>>. Acesso em: 27 set.2013.

TÓFOLI, Luís Fernando. **A imprensa entorpecida**. Texto publicado no site Observatório da Imprensa em 03/07/2012 na seção Imprensa em questão. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed701\\_a\\_imprensa\\_entorpecida](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed701_a_imprensa_entorpecida)>. Acesso em: 03 ago. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1985.